



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 425 - DE 10 A 24 DE DEZEMBRO DE 2011 - R\$ 3,00

Aumenta a fila dos ministros do governo Dilma denunciados por corrupção



Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia corrupta!

Reforma do Código Florestal: Maior liberdade aos destruidores do meio ambiente



Alemanha e França impõem acordo para tentar salvar Euro; rejeição da Inglaterra prevê fracasso

Greve na USP: começar 2012 em luta pelo Fora PM e Fim dos Processos



Aumenta a fila de ministros a cair do governo Dilma

Poucos dias após afirmar que só sairia do ministério “à bala”, Carlos Lupi, do PDT, deixou a pasta do Trabalho, foi o sétimo ministro de Dilma a cair. Não suportou as denúncias sucessivas de ligação com desvio de dinheiro a partir das ONGs. Dilma pretendia inicialmente deixar para substituí-lo na reforma ministerial que acontecerá em janeiro, devido às eleições municipais. Mas não foi possível, ou iria se comprometer abertamente com o larápio.

Poucos dias antes, já se colocavam as denúncias contra o ministro das cidades, Mário Negromonte, do PP, de fraudar o projeto de mobilidade urbana de Cuiabá (projeto ligado à realização da Copa no Brasil em 2014) em favor das empreiteiras, triplicando os gastos necessários. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, do PT, também está na mira da imprensa, que o denuncia em participação num esquema de favorecimento pessoal quando prefeito de Belo Horizonte. Assim, já são mais dois na fila de demissões.

As sucessivas denúncias de corrupção no governo Dilma expressam a disputa das frações burguesas ao redor do controle do aparato estatal e, com ele, ampliar sua influência na partição dos recursos públicos e na elaboração das políticas de resposta ao avanço da crise econômica. Não é à toa que as denúncias se travam entre os próprios partidos da base de sustentação do governo, a oposição burguesa (PSDB/DEM) tem ido a reboque.

A corrupção é inerente ao capitalismo. O estado burguês não pode deixar de se apoiar na corrupção como instrumento de controle e manipulação do aparato estatal pelo poder econômico. Os corruptos jamais se julgarão a si mesmos. Somente as massas mobilizadas poderão colocar em pé os tribunais populares para julgar e punir a burguesia pelos seus crimes de classe.

A crise política ainda se desenvolve sem a ação das massas sobre ela. A arregimentação das centrais sindicais ao governo, a manutenção das políticas assistencialistas e a preservação da economia no limite da estagnação econômica ainda mantêm as massas à margem da crise política. Mas as consequências da crise mundial capitalista começam a se manifestar.

Manifestações da crise sobre o Brasil

A economia brasileira teve zero de crescimento no terceiro trimestre de 2011, sendo que a indústria retrocedeu 0,9% (queda de 1,4% na indústria de transformação) e serviços 0,3%. O pequeno crescimento agropecuário de 3,2% compensou o índice negativo da indústria e serviços. O índice de falências registrou aumento de 25% em novembro em relação ao mês anterior e 10,8% em relação a novembro de 2010. A inadimplência cresceu em novembro, décimo mês seguido de alta, pouco mais de 5% no ano. As demissões setoriais e avisos de férias coletivas começam a se intensificar. As previsões de crescimento do PIB

brasileiro foram rebaixadas de 3,5% para 3% para este ano.

O governo Dilma impõe medidas de atenuação da crise: redução das taxas de juros e do IPI sobre eletrodomésticos. São favorecimentos a grupos capitalistas para amenizar as pressões recessivas. O problema é que o endividamento da população, excedido pelo que se verifica com as taxas de inadimplência, estrangula as possibilidades de ampliação das vendas, ainda que com subsídios fiscais.

Uma das características das crises capitalistas é que um setor de peso econômico em crise acaba arrastando outros setores para crise. No caso do Brasil, a indústria pressiona a economia para a recessão. E não há como escapar dessas tendências no quadro internacional de estagnação.

As centrais sindicais e a UNE reivindicam do governo uma política de favorecimento da indústria em relação à especulação financeira. Ou seja, arrastam as massas a apoiar um setor capitalista, o industrial “nacional”, considerado progressivo e benéfico a todos, contra o outro, o bancário, taxado de parasitário e de interesses opostos aos da maioria. Há um século não existe separação entre os dois setores, fundidos no capital financeiro dominante. Os choques de interesses entre bancos e indústrias são de aspectos da política econômica. Além disso, a chamada indústria “nacional” são na verdade as multinacionais já presentes no país, as montadoras norte-americanas e européias, as fabricantes de eletrodomésticos, as fármaco-químicas, enfim, o capital internacional. As medidas defendidas de proteção a elas são na verdade de favorecimento em relação aos seus concorrentes, principalmente asiáticos. Essas medidas não são de interesse dos explorados.

As direções estatizadas renunciam às reivindicações próprias das massas, que têm como principais as de defesa da vida das massas contra a opressão capitalista, com destaque para a defesa do salário mínimo vital e emprego a todos, pela escala móvel das horas de trabalho.

Longe das direções burocráticas, os operários das obras do PAC no norte e nordeste têm se levantado para se defender da exploração capitalista, mas têm sofrido com o isolamento e a repressão.

As manifestações da crise sobre o país levarão as massas às ruas em defesa de suas reivindicações próprias. A defesa da independência de classe, o combate às políticas de conciliação levadas pelas direções burocráticas, ajudarão a superar os obstáculos impostos pelas direções estatizadas.

Reforma do Código Florestal: incentivo ao desmatamento

O governo fez aprovar no Senado a reforma do Código Florestal. Depois de muita negociação, a aliança PT/PMDB aprovou uma reforma que foi apresentada como um meio termo entre o que pretendiam os ambientalistas e os capitalistas do

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

agronegócio. Mas o fato é que os ambientalistas protestaram contra o texto e os fazendeiros o aceitaram, ainda que fazendo cara feia.

O novo Código anistia o desmatamento realizado antes de 2008. As multas foram suspensas. O conceito de “uso econômico consolidado” norteia a nova política. Ou seja, as áreas já desmatadas e utilizadas para cultivo e pecuária são mantidas assim, não importa que destruam o ambiente. A preservação de áreas desmatadas próximas a rios foi encurtada pela metade, o que representa economia e mais aproveitamento aos investidores.

Em relação a novos desmatamentos, as encostas agora poderão ser exploradas entre as inclinações de ângulo entre 25 e 45 graus, a partir do que se inviabilizam fisicamente as culturas. Ou seja, praticamente se liberou a exploração de encostas. Os capitalistas poderão compensar os novos desmatamentos com replantios em outros estados e também pagando por isso. O plantio de “desertos verdes”, como eucalipto e pinheiro, é liberado em até 50% das áreas.

O acordo foi obtido graças ao apoio da chamada “bancada

do camarão”, que garantiu a possibilidade de expansão desse negócio em 10% ao ano na Amazônia e 35% no Nordeste. A expressiva votação de 59 a favor e sete contra mostrou a unidade dos parlamentares ao redor do texto, portanto ao redor dos interesses de ampliação da exploração capitalista à custa de maior destruição ambiental.

O capitalismo não pode preservar o meio ambiente. Ao contrário, as necessidades de reprodução e acumulação do capital obrigam o constante ataque à natureza. Proteger a natureza implica limitar investimento e lucro. Os governos, os parlamentos e as demais instituições do Estado burguês servem aos interesses dos capitalistas. A real proteção do ambiente e da natureza depende de por fim ao capitalismo. A revolução proletária implantará o socialismo e com ele a possibilidade de planejar o uso do ambiente de forma a preservá-lo como um bem da humanidade. A defesa de cada reivindicação de proteção ambiental, que é parte da defesa da vida e trabalho das populações locais e das nações indígenas, depende do uso dos métodos da luta de classes para impô-las aos capitalistas e seus governos e instituições.

Rondônia

Prefeito do PT, Roberto Sobrinho, encurralado com as manifestações dos caçambeiros

A denúncia de corrupção na Unir, que já se encontrava há anos no Ministério Público Estadual e Federal, não é um caso isolado. No momento em que a greve da Unir pressionava o MEC e o governo Dilma, o presidente da Assembleia Legislativa foi preso juntamente com 15 parlamentares, acusados de corrupção.

O atual presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Hermínio (PSD), que se afastou do PT por denunciar a corrupção na prefeitura pequista da capital, organizou uma audiência pública em defesa da Unir. Queria ser o verdadeiro “porta voz” da luta contra a corrupção. Mal aconteceu a tal audiência, um dos deputados (segundo secretário da mesa) é afastado juntamente com 15 denunciados no esquema de corrupção da Assembleia – o deputado Jean de Oliveira, filho do presidente da Assembleia Legislativa do primeiro mandato de governo Cassol, Carlão de Oliveira, também foi acusado de corrupção.



avenida, que é a mais importante avenida comercial da capital. O bloqueio foi fundamental na luta dos operários pelo pagamento dos salários.

Essa operação também prendeu o presidente da Assembleia Legislativa – o grileiro Walter Araújo, algoz de camponeses pobres, no distrito de Jaci-Paraná.

Corrupção por todos os lados

Na verdade, há muito tempo que não há outra notícia nos meios de comunicação

senão os escândalos de corrupção. A ladroagem veio à tona e expôs a politicagem burguesa. Em todos os poros do Estado explode, da noite para o dia, a corrupção. Tudo se resolve entre eles. Uns são afastados dos cargos, outros renunciam, encenam prisões, mas ninguém é culpado. As leis lhes protegem. Os tribunais estão a serviço desses corruptos.

A continuidade dessa rede de corruptos depende, em grande medida, das eleições. Por meio delas, os candidatos comparecem em todos os recantos do país, nas pequenas e grandes cidades, pedindo o voto das massas. Estampam suas imagens de planejadores econômicos e sociais. Os desempregados e a juventude são atraídos para angariar votos nos bairros pobres. Estes lobos com pele de cordeiros não passam de sanguessugas dos trabalhadores. Para os comandantes da política burguesa, essa é a democracia.

O combate à corrupção e a punição dos responsáveis só podem vir das mãos dos explorados. Daí a importância de defender os Tribunais Populares. Organismos criados pela luta dos oprimidos para julgar os crimes da burguesia.

Operação Termópilas

Foi a “Operação Termópilas”, como foi chamada pelo Ministério Público, que expôs o escândalo dos Caçambeiros que trabalham em obras do PAC, na capital. Estavam sem receber o pagamento há cinco meses. Indignados com o silêncio do prefeito Roberto Sobrinho/PT, os caçambeiros bloquearam a Avenida 7 de setembro na terça-feira, desocupando na quinta-feira, quando foi assegurado o pagamento dos atrasados.

Os caçambeiros estavam acampados em frente à prefeitura. O prefeito só se sentiu incomodado com o fechamento da

Greve na USP terá de superar obstáculos para iniciar 2012 em luta

A última assembleia de estudantes do ano de 2011 aprovou a continuidade da greve até o início das aulas em 2012. Por um lado, isso evita que alguma movimentação contrária ao movimento se aproveite do esvaziamento natural da universidade durante as férias para encerrar a mobilização. De outro, coloca a necessidade de organização e preparação da retomada da luta, em condições difíceis.

Um movimento que avança apesar e contra a direção

Uma das principais características deste movimento é o fato dele ter brotado e se desenvolvido em todos os seus passos em choque com a política da direção do DCE (PSol) e seu aliado PSTU. A resistência à prisão dos três estudantes no estacionamento da FFLCH, a ocupação da administração da faculdade, o bloqueio do portão de entrada, a ocupação da reitoria, a greve imediata após as prisões, a continuidade da greve em vários cursos, o condicionamento das negociações com a reitoria, a direção da calourada passada às mãos do comando de greve e ter a pauta da greve como seu tema, e a própria continuidade da greve aprovada na última assembleia, tudo isso se deu em oposição às posições da direção (PSol) e seu aliado PSTU.

O fato de ter se erguido contra a política da direção e a ter ultrapassado não anula os problemas decorrentes dessa própria contradição. O movimento explodiu no final do semestre, tendo como precedente um ano de grande paralisia causada pela direção do DCE. A não convocação de assembleias gerais, a renúncia ao combate às políticas privatistas e elitistas da reitoria, o isolamento de movimentos que se levantaram contra essas medidas, a aceitação das imposições da burocracia universitária desarmaram totalmente o movimento estudantil. Se se ergueu um movimento pelo Fora a PM e Fim dos Processos que foi se fortalecendo e ganhando força dentro e fora da universidade isso se deve apenas a uma forte tendência de luta nas bases, oposta à direção, que foi estimulada pela ação das correntes de esquerda opositoras,



Última assembleia decidiu pela continuidade da greve em 2012

mas que é muito superior a sua influência política real.

Se a força do movimento atual vem de manifestações espontâneas, sua fraqueza vem da falta de preparação e organização. Fazem falta ao movimento atual uma ampla campanha de defesa das reivindicações e denúncia da burocracia universitária e do governo, e uma organização de base sólida ao ponto de expressar as tendências de luta da base e impulsioná-las ultrapassando a política conciliatória do PSol e PSTU. Essa situação colocou uma grande parte dos estudantes sob a influência exclusiva da imprensa e da reitoria. Criou-se e se fortaleceu uma divisão entre os estudantes. Todo movimento conta com uma parcela que lhe é oposta. Mas a boa preparação e organização anulam as ações dessa parcela, ela fica encolhida pela pressão da força da unidade do movimento. A falta de preparação e organização e uma política conciliatória da direção, que em grande medida se apoiou e procurou expressar justamente esse setor, incentivou sua manifestação. A frente PSol/PSTU não tem o menor pudor em se apoiar muitas vezes na direita para tentar fazer valer suas posições. Nesse sentido, é interessante observar o resultado do plebiscito realizado na Poli por uma gestão direitista do Grêmio. Apesar

da manipulação e do caráter reacionário do próprio plebiscito, ele indica um fato: há uma convergência de política entre a direita e a frente PSol/PSTU, e ela se dá ao redor de dois pontos: os itens do chamado plano alternativo de segurança e a defesa da estatuinte. Não é à toa: são justamente os dois eixos introduzidos pela direção ao movimento para desviar seu foco do Fora a PM e Fim dos Processos, que é por onde se dá o choque com a reitoria/governo.

Os problemas que se enfrentam

A assembleia do dia 30/11 decidiu que a data da próxima assembleia será o dia 08 de março de 2012. A primeira semana será a da recepção dos calouros. Na segunda semana, as assembleias de curso acontecerão nos três primeiros dias da semana, para só depois haver a assembleia geral. Havia inicialmente duas propostas: a da frente PSol/PSTU, que era da assembleia na segunda semana após a calourada, e a da esquerda opositora, que era da assembleia na primeira semana. Esta proposta venceu a da direção. Mas logo a seguir se votou se a assembleia seria na segunda feira ou na quinta. A proposta de quinta foi feita pela LER-QI. A frente PSol/PSTU imediatamente aderiu à proposta da LER. Para quem defendeu contra a greve,

o adiamento da assembleia geral dará tempo para usar a pressão dos professores sobre os estudantes e tentar aprovar a não greve nos cursos, antes de chegar à assembleia geral, e usar isto como instrumento de encerrar o movimento. Para a LER, tratava-se de mais um esquema mecânico que afirma que sempre tem de haver assembleia de curso antes da geral. Com a ajuda da LER, PSol/PSTU aprovaram uma proposta muito próxima àquela que já estava derrotada.

O comando de greve tem para si a tarefa de evitar a implosão do movimento no início do ano. É preciso organizar a calourada de forma a ganhar os ingressantes para a greve. Uma forte participação dos calouros nas assembleias de curso podem pesar contra a pressão anti-greve dos professores que será feita principalmente sobre os veteranos.

Desvio democratizante

Outro instrumento de desvio é aquele em que a estatuinte substitui a luta pelo Fora a PM. O que diz o PSol/PSTU? Que o convênio é resultado da falta de democracia na USP, portanto se lutamos pela democracia estamos lutando pelo fim do convênio, que portanto viria DEPOIS de democratizar a universidade. Está aí o conteúdo político dessa bandeira: abdicar da defesa do Fora PM em troca de discutir a democratização da universidade.

A verdade é o oposto: a universidade sob o poder da burocracia autoritária não pode ser democrática, nem autônoma. Somente sob o poder dos que estudam e trabalham, através da soberania da assembleia geral universitária. São as reivindicações mais sentidas, que se chocam com a burocracia e o governo, que levantam estudantes e trabalhadores para enfrentarem o autoritarismo. É a luta de massa que enfraquece a burocracia e vai destruí-la num dado grau de radicalização e força. A bandeira de Fora PM tem o valor de impossibilitar a conciliação: ou a PM fica ou sai. Se o movimento impõe uma derrota à burocracia, abre-se o caminho para que avance para lhe tomar o poder. E somente sob poder dos que estudam e trabalham será possível construir um estatuto democrático para a universidade, que será então expressão do poder de estudantes e trabalhadores. Qualquer reforma de estatuto que se dê sob a tutela da burocracia

jamais poderá ser democrática nem alterar a estrutura de poder. Basta ver, por exemplo, que os funcionários teriam sua participação condicionada por seus chefes. E que sua realização dependeria da concessão da paridade aos professores, que teriam um peso desproporcional, anulando a maioria estudantil mobilizada. Fala-se que o estatuto aprovado por uma estatuinte democrática seria imposto pela mobilização à burocracia. Mas não se fala que esse estatuto jamais seria de fato democrático com a burocracia no poder.

Fala-se ainda que a defesa da estatuinte amplia o debate sobre a falta de democracia na universidade. Esse conteúdo diletante, que julga que a discussão por si só pode transformar a universidade, baseia-se na possibilidade de convencer a burocracia de que é preciso ser mais democrática. E assim dar um passo supostamente progressivo. Não, a burocracia não tem nenhum problema de “consciência”. Ela é uma casta corrompida para servir de instrumento do autoritarismo da classe dominante sobre a universidade. Ela serve para aplicar suas políticas CONTRA os que estudam e trabalham. A democracia e o autoritarismo não se discutem de forma abstrata à margem dos interesses contraditórios e irreconciliáveis entre ambos. O autoritarismo é usado para impor de forma

antidemocrática políticas de interesse dos governos e da classe dominante; a democracia é instrumento da maioria para se impor contra a burocracia e defender bandeiras de interesse dos que estudam e trabalham, opostos aos dos governos e classe dominante. Fora disso, o diletantismo não leva a mudança alguma, só serve à enrolação das reivindicações mais sentidas.

Receber os calouros por sobre a burocracia

A principal tarefa do comando na calourada é colocar a recepção dos calouros nas mãos dos próprios estudantes. Organizar a recepção desde a matrícula, o que implica uma disputa com a burocracia. Os calouros não precisam sofrer da mesma limitação que sofreu o movimento até agora: uma forte campanha e a organização deles ao redor das bandeiras de luta vão criar as condições para que sua ação aconteça de forma preparada. Cabe estimular a defesa da real autonomia universitária e da democracia universitária como parte da luta pela transformação geral da universidade, ou seja, o fim da universidade de classe burguesa, e a construção de uma nova universidade que, como tal, só pode ser parte da transformação revolucionária de toda a sociedade em socialista.



Se quiser manter a mobilização, comando terá de se organizar para enfrentar as pressões

Balanço do fim greve dos professores rede estadual de ensino do estado do Ceará

APEOC em aliança com o governo Cid Comes dá golpe e encerra de vez a luta pelo piso

A direção da APEOC (PT/ PC do B/ PCB) enterrou de vez a luta pelo piso. A assembléia do dia 25 foi a maior de todas, a grande maioria veio em ônibus pago pelo governo e carros particulares (com gasolina paga pelos coordenadores de CREDES - Coordenaria Regional de Desenvolvimento da Educação) e Secretaria de Educação/SEDUC, vindo das diversas regiões do estado. Muitos foram coagidos a assinar um termo de compromisso se comprometendo a votar pelo fim do movimento. Também votaram coordenadores e diretores de escolas, funcionários e chefias da SEDUC, CREDES e da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR). Toda essa estrutura acabou por confirmar a aliança entre governo do estado e a burocracia da APEOC, que durante a greve não somaram esforços para suspendê-la.

A categoria estava pronta para rejeitar novamente a proposta do governo Cid que mantinha a carreira apartada, o que significava a destruição de direitos da carreira, porque era isso o que representava a manutenção de duas tabelas. No entanto, viu-se o desânimo de uma parte da vanguarda, que reconheceu que foi um erro adiar a votação do dia 11 para o dia 25. Companheiros da rede de zonais defenderam juntos com a APEOC (Crítica Radical) o adiamento da assembléia que decidiria o destino da categoria, dando ao inimigo mais tempo para se organizar e dismantelar a mobilização da categoria, principalmente no interior do estado, pois a capital estava mais mobilizada.

Ao governo não restava outro caminho, porque durante os 63 dias de paralisação a categoria não se intimidou com a ilegalidade do movimento, muito menos com a agressão promovida pela PM. Driblar a falta de mobilização do sindicato e o assédio das direções foi uma tarefa que deu certo desde o começo da greve. Ao governo só restava derrotar a categoria na assembléia, pois em todos os espaços que tentou foi derrotado.

Enquanto isso, a rede de zonais mais uma vez não foi capaz de se adaptar aos fatos, viu todo o circo se armar quando a assembléia foi instalada, viu a APEOC defender que houvesse apenas uma inscrição para fala, sendo que a primeira votação era quanto ao posicionamento da greve e não ao conteúdo da proposta do governo, viu-se a falta de lisura na entrega dos crachás. Mas na hora de chutar o pau da barraca e implodir a assembléia não teve unidade, inclusive um representante da rede acabou legitimando o circo quando fez a defesa de proposta, fez a alegria da burocracia que, mesmo tendo que sair escoltada, deve estar até agora soltando fogos e comemorando nos braços do governo, comemorando a manobra que não poderá ser questionada quanto à legitimidade.

Essa não é a primeira nem vai ser a última vez que a diretoria da APEOC trai a categoria. Enquanto essa direção estiver à

frente do sindicato não podemos esperar uma luta conseqüente, o que certamente alimentará o sentimento pela desfiliação da entidade que já existia antes da greve. Mas agora contará com a ajuda do Crítica Radical, anarquistas e de professores de base que se agarram a mais uma traição da APEOC para defender essa proposta que não acabará com a burocracia. O setor minoritário que defende novo sindicato terá o caminho aberto para se apoiar na indignação da categoria sem, contudo, resolver o problema central que é a despolitização.

Neste momento, a rede de zonais deve dar continuidade aos zonais mesmo com a retração pós greve, nem que as reuniões sejam mais distantes. Isso se completa com um bom trabalho de base, principalmente, no interior do estado, para que possamos derrotar a burocracia nas futuras lutas da categoria e colocar o sindicato na luta contra os governos e o sistema capitalista apodrecido. Por que o capitalismo decadente em crise vem atacando e retirando direitos dos oprimidos para proteger os lucros e interesses econômicos da burguesia.

A Corrente Proletária na Educação defende um congresso estatutário para antecipar a eleição do sindicato e garantir que a categoria possa disputar a direção da entidade e varrer essa burocracia vendida. É neste sentido que vamos conseguir independência política do sindicato frente aos governos Cid, Luizianne e Dilma e seus planos de destruição da escola pública, direitos, e salários dos professores.

Denúncia



A burocracia sindical utiliza os bate-paus para impedir a democracia sindical e a expressão das correntes de oposição

Os professores da Escola Ilza Diogo foram agredidos pela segurança da APEOC quando foram ao sindicato pedir a desfiliação da entidade por conta do papel traidor que a burocracia teve na greve. A Corrente Proletária/POR já vinha denunciando os “leões de chácara” durante a greve, pois a presença da

segurança tem o objetivo de intimidar ou agredir os professores que se oponham à direção do sindicato. Não é a primeira vez que acontece agressão: na assembléia do dia 11 de novembro ocorreu confronto físico entre professores e a segurança porque estes tentaram impedir professores não filiados de entrar no Ginásio Aécio de Borba. Também membros da CPE sofreram a truculência e ameaça destes bate paus durante a greve por mais de uma vez.

O governo Cid Gomes/PSB/PT e a secretária de educação

Isolda Cela/PT estão assediando os professores e estudantes nas escolas através da chefias de CREDES e dos núcleos gestores proibindo a realização de zonais e assembléias estudantis nas escolas, o objetivo é pôr fim à resistência e à mobilização da categoria contra o ataque do governo. Essa perseguição já vinha acontecendo inclusive com estudantes que se solidarizaram com a luta dos professores. Tudo isso se passa sem que a direção da APEOC mova uma palha mesmo tendo conhecimento desses problemas.

Congresso de Estudantes da UFC foi esvaziado e despolitizado

O 7º Congresso de Estudantes da UFC aconteceu nos dias 18, 19 e 20 de novembro, no campus do Pici. Teve como tema a Assistência Estudantil frente ao novo Plano Nacional da Educação. Refletia, portanto, as reivindicações relativas à permanência e estrutura nos campi, como os RUs, transporte, salas de aula etc. Sete teses foram escritas, quatro delas ligadas ao DCE, sendo duas do PSOL, uma do PCR e a do coletivo de mulheres. A RECC/UNIPA escreveu mais duas e nós da Corrente Proletária/POR escrevemos outra. Além dos governistas do PT e PCdoB, que boicotaram o congresso, PSTU/ANEL e Consulta Popular não inscreveram tese. Os independentes que atuam no movimento preferiram alimentar o velho discurso de que o congresso era das correntes e não inscreveram teses. O fato de o congresso ter teses ligadas aos grupos políticos apenas reflete as distintas políticas para o movimento estudantil. Os independentes já chegaram a inscrever teses na UFC. A inscrição de tese é parte da luta ao redor das distintas propostas que decorrem das diferentes políticas. A inscrição de tese serve para travar a luta política pelas posições defendidas na prática e dar-lhes a expressão que possuem entre os estudantes no congresso.

Foram cerca de 200 inscritos, mas o Congresso contou na prática com a participação média de 70 estudantes, sendo a maioria dos campi do interior, que sofrem mais com a expansão precária a qual a reitoria e o governo têm imposto com o REUNI. Os motivos do esvaziamento foram: a não eleição de delegados por curso e o final do semestre, além, é claro, da pouca divulgação. Por outro lado, a atual gestão tem responsabilidade no processo, uma vez que se encontra esvaziada. Com o predomínio do coleguismo e da despolitização no movimento. Prova disto é que não temos um jornal regular, ausência de debates e os eventos culturais foram apropriados pela reitoria.

O congresso foi polarizado em torno da campanha pelos 10% do PIB. A Corrente Proletária demonstrou a fragilidade da campanha, que se limita à reivindicação do aumento de verba. Mostramos que a campanha apontava para um objetivo que não garantia o ensino público a todos, pois o grande inimigo da educação pública é o domínio do ensino privado, o que levava a conclusão de que a saída é a expropriação do ensino pago e a criação de um único sistema de ensino sob controle de quem estuda e trabalha. O POR atuou nos congressos e encontros que aconteceram em todo o país criticando essa bandeira e defendendo a estatização como eixo a ser adotado. Aprova-

do como bandeira geral, apontamos que o aumento de verbas só poderá ser arrancado do governo por meio da mobilização, dos métodos da ação direta, e não pela pressão parlamentar ou pelos plebiscitos.

Posição das correntes diante das polêmicas:

Campanha por 10% do PIB para a educação

PSTU/ANEL: Defendia a campanha desde que fosse acrescentado o “JÁ”. Como até os governistas da UJS e PT defendem a campanha pelos 10% (embora saibamos que jamais moverão uma palha contra o governo que defendem), o “JÁ” se diferenciava quanto ao tempo, que na proposta da direção da UNE tem de ser até 2020, acompanhando, portanto, as metas do PNE. O PSTU/ANEL não ficou para o último dia da plenária quando foram votadas as propostas.

PSOL (Barricadas e Levante): Na essência estavam unidos com o PSTU na campanha. No entanto, algumas intervenções deixavam a entender que disputavam o PNE do governo. Isso não é à toa, uma vez que participam do fórum do PNE.

RECC/UNIPA: A RECC teve uma posição vacilante, primeiro por ter sido uma das protagonistas da falsa polêmica. Chegou a dizer que quem defendia a campanha pelos 10% defendia o PNE do governo, pois para eles a centralidade da luta dos 10% era combater o PNE (!?), o que é totalmente falso. Segundo porque reformularam a proposta apresentada pelo PSOL, defendendo os 10% para um “outro modelo de educação” (que não deixaram claro qual era); mostraram, portanto que não são contra os 10%, apenas questionavam que os 10% justificavam o modelo de educação atual.

Corrente Proletária/POR: Consideramos a polêmica distracionista frente à necessidade de construir um programa de luta para o movimento estudantil na UFC. No entanto, nos posicionamos em defesa de que a assembleia universitária discuta o seu orçamento e exija o cumprimento por parte dos governos. Somos a favor da participação na campanha dos 10% do PIB, até porque não somos contra mais recursos, mas apontamos a necessidade de combater o ensino privado e de utilizar os métodos da ação direta para conquistar mais verbas.

Outros pontos:

Das organizações que estiveram no congresso até o fim, o PSOL foi a que menos disputou o congresso (fora a falsa polêmica em torno dos 10% do PIB). Para eles, o fato do congresso

estar esvaziado (não fizeram um balanço do porquê) o levava a não ter legitimidade, então deixaram passar quase todos os pontos polêmicos e que inclusive discordam como, por exemplo, a expropriação do ensino pago! Essa bandeira nunca fez parte do programa desta corrente, que defende a coexistência através da bandeira de verba pública para ensino público. O motivo pelo qual deixaram ser aprovada essa e outras é porque não irão lutar pela efetivação das bandeiras, vão deixar as resoluções do Congresso na gaveta.

A RECC ajudou a aprovar a bandeira das cotas. Pela primeira vez ela foi aprovada (fruto da intervenção dos dois militantes do movimento negro que diferenciavam as cotas raciais das sociais, passando somente a segunda). Eles se abstiveram com o argumento de que não têm política para a cota aos negros. Mas nas teses defendem o livre acesso, que entra em choque com as cotas. Na votação sobre a proporcionalidade na gestão, votaram pela direção majoritária com o argumento de que a proporcional favorece os conchavos. Os conchavos acontecem independentes da composição da diretoria da entidade, eles são expressão de políticas burocráticas. O maior exemplo disso foi o conchavo protagonizado pela atual gestão do DCE da UFC, na qual numa mesma chapa se juntaram o PCR, PSTU e PSol, com o objetivo de “derrotar os governistas” (com essa gestão os governistas não precisam da entidade). Então, o DCE é majoritário para a grande maioria dos estudantes, mas é proporcional apenas para as correntes que compõem a chapa!

A posição sobre o ensino privado não mereceu importância pelos companheiros, a bandeira que consta em uma das teses está formulada “Por uma educação a serviço da classe trabalhadora”. Também não mereceu importância a discussão sobre o voto universal com maioria estudantil nos conselhos, o que levou à bandeira da paridade e preservação do controle da burocracia nos conselhos da universidade.

Construir um pólo revolucionário para o Movimento Estudantil

O baixo nível político do ME da UFC reflete em parte a

Rondônia

Balanço das eleições do Sintero

No dia 3 de novembro, ocorreu a eleição para a diretoria do Sindicato dos trabalhadores da educação do estado de Rondônia (Sintero). Concorreram duas chapas. A chapa 1, que era composta pela burocracia reformista, que há 22 anos está no comando do sindicato, e a chapa 2, composta por militantes do PCdoB. A Chapa 1 era apoiada pela CUT e a chapa 2 pela CTB.

A chapa 1 obteve 7.532 votos e a chapa 2, 5.098 votos.

Dos 23.278 filiados em condições de votar, apenas 13.397 compareceram às eleições. O que significa 57,5%. O quorum regimental é de 30% dos associados. Do total, 950 votaram em branco e 763 votaram nulo.

A comissão eleitoral foi indicada pela burocracia e, por isso, todos os membros eram de sindicatos ligados à CUT.

A campanha eleitoral das duas chapas expôs a podridão da burocracia sindical. As acusações vinham ora da chapa 1, ora da chapa 2. A chapa 1 acusava a chapa 2 de fazer parte da administração do governo Confúcio. Por outro lado, a CTB

atuação desastrosa da direção da entidade que está esvaziada, não articulou as lutas dos estudantes e da educação. No começo do ano, a maior parte da gestão acabou por boicotar a luta do fórum pelo passe livre, os debates foram raros, (até mesmo o das entidades gerais como a UNE e ANEL que, apesar de terem realizado congressos, não houve retorno para o conjunto dos estudantes) não temos boletim periódico etc. Não há dúvida de que a elevação política do ME passa pelo papel da entidade, caso esta tivesse uma direção consequente. Por isso, é preciso construir um pólo revolucionário no ME.

Denúncia: PSol ajuda a manter composição majoritária e impede aprovação da proporcionalidade, que diziam defender

No final do congresso, um dos diretores do DCE chamou alguns delegados para se retirarem da plenária quando colocamos em votação a proporcionalidade na eleição da entidade. O próprio diretor tinha conhecimento que a saída de um único delegado da plenária impossibilitaria a votação deliberativa, visto que não atenderia ao quorum mínimo. Quando a denúncia foi colocada, alguns diretores do DCE argumentaram que iriam fazer apenas uma reunião da organização. Os grupos do PSOL, até onde sabemos, sempre defenderam a proporcionalidade nas entidades gerais, mas não votaram, portanto, na proposta que lá defendem aqui na UFC, porque não agradariam aos seus aliados (PCR).

Sobre a conduta de se retirar da plenária final para que não tenha quorum, é uma prática antidemocrática e estranha ao movimento estudantil. Faz parte da burocracia que dirige os organismos dos estudantes. Essa não é a primeira vez que isso ocorre. No congresso em 2009, quando o PT era direção do DCE, ele retirou os delegados para não legitimar as votações. Nessa ocasião, o PSOL foi um dos mais críticos desta postura. Agora, depois de pressionado, o mesmo voltou para a plenária e votou assim com a diretoria do DCE, contra a proporcionalidade, que dizia defender.

denunciava a concorrente por estar com o prefeito petista. As farpas foram de todos os lados. Isso ocorre porque se trata de duas chapas da burocracia, uma do PT e outra do PCdoB. Ambos partidos fazem parte do governo Dilma, mas no estado de Rondônia estão “separados”, uma ao lado do prefeito Sobrinho e, outra, ao lado do governador Confúcio.

A chapa 2 recorreu à Justiça, contestando o resultado das eleições. A Justiça embargou a eleição e exigiu nova contagem de votos. Contaram os votos e foram encontrados 17 votos em duplicidade. A Justiça aconselhou que a atual diretoria convocasse uma assembleia para a aprovação de prorrogação de mandato, até que fosse julgado.

Atendendo ao conselho da Justiça, no dia 29/11, a direção do sindicato realizou a assembleia e aprovou a prorrogação do mandato, até que a justiça, na pessoa do Juiz da 3ª Vara do Trabalho aprovasse a “justeza” da eleição.

No dia 06/12, a Justiça do Trabalho cassou a liminar e aprovou a posse de Manoelzinho. A chapa da CUT tomou posse.

A chapa 1 tomou posse

Discurso de Manoelzinho

O demagogo diz que: “A campanha acabou. A eleição passou. Agora somos todos Sinterero. Não tem mais chapa, não tem mais divisão. A luta agora é uma só. Por isso, conto com os diretores eleitos e conclamo toda a categoria, aqueles que votaram na chapa 1 e os que optaram pela chapa 2, para que se unam, pois somente com a nossa união é que conquistaremos os nossos objetivos. Isso já está provado. Não há conquististas sem luta”, disse Manoelzinho, sendo muito aplaudido.

Esse é o retrato das disputas entre chapas constituídas por burocracias. Não há diferença de programa. Achincalham na campanha eleitoral porque está em jogo o aparelho sindical. Terminado o pleito, estão unidos para impor a política dos governos contra a vida dos trabalhadores.

Tarefa da oposição classista

A Corrente Proletária da Educação (CPE) não participou com chapa própria. As dificuldades burocráticas para inscrição de chapa são obstáculos para a constituição de uma oposição classista. Assim, foi obrigada a defender o voto nulo contra as duas chapas burocráticas.

A tarefa que se coloca é a de dar continuidade à intervenção da CPE no interior do sindicato. O sindicato continua sendo dirigido pela política do PT, que é governo. Sem uma



Na aposse, discurso revelou convergência política entre as chapas da CUT e CTB

oposição à direção do SINTERO, os trabalhadores ficarão à mercê da política conciliadora e burguesa. Daí a importância de ampliar a oposição (CPE) a partir das escolas. A Corrente Proletária se assenta no programa em defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social. Combate a burocratização dos sindicatos e o divisionismo aparelhista das centrais sindicais. Luta pela independência política dos sindicatos frente aos governos e aos partidos burgueses.

Londrina

Conselho Universitário acaba com a paridade na UEL

Na UEL, o último Conselho Universitário, reunido em 5 de dezembro, deliberou pelo fim do sistema paritário na escolha do reitor e diretores de centro. Ficou estabelecido que o peso dos professores será de 70%, dos funcionários 20% e dos estudantes 10%.

O Movimento Estudantil, sob a influência hegemônica do PT e PCdoB, não conseguiu estruturar uma oposição e compareceu antecipadamente derrotado sob a bandeira “pragmática” de defender a paridade como “mal menor”. A proposta da Corrente Proletária de **questionar o direito do Conselho Universitário decidir o peso dos votos e defender que só a assembleia geral universitária deliberasse sobre esse assunto**, foi derrotada na plenária de centros acadêmicos. Nas assembleias posteriores, que não foram acatadas pelo DCE, deliberou-se pelo adiamento da decisão ou que os estudantes não votassem em nada e se retirassem.

Defendemos a assembleia universitária porque só numa assembleia geral universitária pode ter vigência o voto universal – um homem um voto. Somente numa assembleia geral universitária estudantes e professores são iguais, e todos podem defender abertamente suas posições confrontando-as com as posições divergentes. Pelo contrário, nas instâncias institucionais - departamento, conselhos de centros, câmaras, CEPE, Conselho de Administração e Conselho Universitário – impera o interesse burocrático.

A burocracia universitária se fortalece nos espaços institucionais, pois, nestes, deliberam-se sobre recursos, normas e políticas que interessam aos dirigentes, com a intenção de se adequar às exigências do Estado, porque desse modo, imaginam, terão acesso aos favores do governo. É no funcionamento cotidiano que a interferência do Estado se reforça a cada dia ao ponto de se tornar natural que a universidade tenha de seguir tudo que o Estado determina.

Depois de aprovado o fim da paridade, muitos funcionários se manifestaram indignados contra a discriminação e o retrocesso da democracia na universidade. Entretanto, não refletem um ponto de vista democrático, mas apenas corporativo. Os funcionários que se manifestam são aqueles mais próximos à burocracia universitária e que dependendo de quem for o reitor, conseguem cargos comissionados ou funções gratificadas. Todos eles e, inclusive o seu sindicato, sempre se colocaram contra o voto universal e foram contrários a que os estudantes se manifestassem sobre questões salariais durante as greves do início do ano 2000.

A burocracia universitária estimulou o corporativismo dos docentes, atribuindo ao corpo de funcionários o poder de decisão nas últimas eleições “em troca de cargos”. Trata-se de um argumento antidemocrático, falacioso e mesquinho, uma vez que os professores também barganham, o voto se distribui entre os candidatos que disputam e a “venda” de votos só é

criticada quando beneficia ao candidato dos outros.

Mas, a manipulação deste corporativismo começa a ser utilizada para “explicar” o fim da paridade. Trata-se do fim de um “pacto”? Nada disso! Não tem pacto nenhum que se rompe. O que ocorre é o reforço da burocracia universitária e este reforço é uma necessidade da política privatista do estado e de sua ingerência totalitária na universidade. Não por acaso, ao mesmo tempo em que se estava acabando com a paridade, a universidade anuncia que começou a operar no sistema de Ensino a Distância e a alta burocracia pressiona os cursos em que houve boicote ao ENADE para que se **expliquem**, pois está ficando “constrangedor” para a universidade (ou seja, para a burocracia) a nota zero nesse exame.

Por isso, a resposta ao fim da paridade tem de ser a estru-

Londrina

UEL: Boicote ao ENADE deixa burocracia irada...

No ano passado, os estudantes de serviço social decidiram pelo boicote ao ENADE. Na universidade, somente os do serviço social boicotaram. O resultado foi divulgado em novembro pelo MEC. Recebendo nota abaixo do nível considerado adequado à formação de “qualidade” pelo governo, a reitoria ficou muito incomodada. Pelas expressões dos dirigentes do curso, foram chamados a se explicar e justificar, pois a universidade (ou seja, a burocracia universitária) se sentia “constrangida” com esse resultado. Ainda foram criticados por não terem feito nada a respeito de outra avaliação negativa anterior (devido também ao boicote). Deram o exemplo do curso de medicina, que “tomou as devidas providências” e corrigiu a situação, ou seja, enquadrou os estudantes.

Para encaminhar precisamente as “providências” para corrigir esta situação, o departamento pautou este assunto. De início, houve resistência de docentes à participação dos estudantes nessa reunião, mas acabaram concordando em “permitir” a sua

turação de um movimento estudantil baseado num programa que se oponha à política privatista do governo e levante não só os estudantes que estão na universidade, mas a juventude em geral, principalmente aquela que não consegue sequer concluir seus estudos na educação básica. Não é apenas um problema localizado da forma de escolher um reitor, mas de se opor à orientação antipopular e pró-imperialista do governo que se materializa na ingerência dentro das universidades. Daí a defesa da Assembleia Geral Universitária. Essa não é uma reivindicação isolada nem limitada a uma decisão, e muito menos a uma instância burocrática oposta a outra instância burocrática, mas a expressão da luta dos estudantes, da juventude e, eventualmente, de setores de funcionários e professores.

presença. Durante a reunião, prevaleceu a interpretação oficial da reitoria de que avalia como negativo o boicote, pois colocava o curso abaixo até de cursos a distância, o que demonstra até que ponto assimilaram a orientação privatista do ENADE.

Mas, o que é mais lamentável é a subserviência do corpo de professores aos caprichos reacionários da alta burocracia, que a pressiona para que enquadre os alunos. Na frente dos alunos, esses professores se mostram progressistas, democráticos etc., mas diante da burocracia acadêmica se curvam. Chegaram ao ponto de dizer que “a imprensa cobra satisfação”, mostravam a preocupação com a imagem do curso para o marketing de mercado.

A tarefa agora do movimento é a de enfrentar os ataques do governo, não aceitando nenhuma vaga a menos e nenhum corte de verbas para as universidades. A bandeira do boicote ao Enade deve vir acompanhada da luta pela autonomia universitária.

Municipais SP:

Enrolação da burocracia sindical/Kassab/ vereadores

Os servidores municipais, enquanto esperaram o “tal reajuste”, anunciado desde julho, viram o governo publicando portarias que retiram e retirarão mais direitos. O circo para controlar a classe foi montado entre governo/burocracia e vereadores. A burocracia sindical/PPS, percebendo que seu aliado eleitoral/PSD não iria cumprir a promessa da mesa de negociação, enviou para a Câmara de Vereadores emendas ao Projeto de Lei de Kassab. A votação do PL original ficou paralisada por 5 meses, até a chegada das emendas do presidente do sindicato. Nesse tempo, barganhou com os demais vereadores a aprovação de algumas emendas e em troca votou o aumento dos salários dos vereadores. Conseguiu um adendo apenas, o de acrescentar um abono para diretores, coordenadores e quadro de apoio. Deu com os burros n’água! Alardeou os demais itens (como aumento de duas referências para os servidores mais antigos) e não conseguiu. Prevaleceu a disputa eleitoral dos partidos burgueses, o toma lá dá cá. Conclusão: o pro-

jeto original do governo foi votado na íntegra, inclusive com a assinatura do vereador/presidente do sindicato. Publicado em DO esse acordo, os trabalhadores ficaram indignados.

- 1) A maioria viu que só os iniciantes da carreira (14A até 17C) receberão o abono complementar de piso. Para os demais, o governo alega que deu em maio passado os 13%. Ninguém percebeu essa diferença, devido à inflação que vem corroendo salários e o endividamento constante com bancos parasitas. O servidor virou escravo dos bancos por conta dos constantes refinanciamentos das dívidas.
- 2) O governo corrupto de Kassab está jogando a conta nas costas de quem trabalha. Mandou folhas complementares de dívidas com os cofres públicos para alguns servidores. Ninguém entende isso, mas a gestão alega que pagou salário a mais desde 2008, nesse processo enrolado de complementos de piso e de mudança do sistema financeiro.
- 3) A atribuição de aulas foi anunciada e mais professores pro-

vavelmente cairão de jornada, virarão substitutos. Estão impedidos de receber o salário integral. Por conta do fechamento de mais turnos e salas de EJA.

- 4) Mudou o critério de evolução. Anunciou, em DO, que não valerão mais cursos feitos fora do âmbito de aprovação de SME a partir do ano que vem. Isso causará um prejuízo maior para aqueles que compraram pacotes com ONGs de cursos/palestras até julho, pois com certeza não devolverão o dinheiro. Esses professores vêem nisso uma forma de receber um trocado a mais.

Manobra da burocracia

Na reunião de RE, a burocracia estava acuada. Os representantes trouxeram as dúvidas geradas nas escolas. O plenário estava ansioso, desconfiado porém dividido, pois ainda esperava alguma “benesse”. A burocracia tentou usar a Oposição como escudo ao achincalhamento de uma parcela. Para isso, concordou com a proposta da Oposição (PSTU/PSOL) da campanha distracionista dos 10% do PIB para a educação e inverter a pauta da reunião, iniciando pela campanha salarial. Deixou os informes, que no geral duram uma hora, para o final. O concreto é que ela não tinha muita opção, pois os informes tratariam de novos problemas, como a atribuição de aulas, corte da evolução etc. Havia consenso entre as correntes de que a classe estava imobilizada e que só restaria a campanha pelos 10%. Para a burocracia, cabia apenas explicar os novos ataques do governo. Segundo ela, as novidades da SME estão se dando à margem da discussão com o sindicato. Mesmo que fosse

verdade, o papel de uma direção é chamar a luta nas ruas, ao contrário do que tem feito.

Com as primeiras intervenções denunciando a proposta do governo, a burocracia foi vaiada. Com a intervenção da Corrente Proletária, denunciando os lobbies na Câmara e a política dos capitalistas/ governos, a burocracia perdeu o controle e chantageou o plenário de deixar o cargo caso fosse provado que ele presidente da entidade era corrupto. Espertamente achou o álibi que precisava para não ter mais que se justificar perante o plenário e encerrar a reunião burocraticamente.

Burocracia ameaça um militante da Corrente Proletária

Na semana seguinte, na reunião de CRUI, o burocrata iniciou ameaçando um membro da Corrente Proletária de processá-lo por difamação, dando prazo de uma semana para provar a suposta afirmação de que ele é corrupto.

O militante da Corrente Proletária retomou a discussão ocorrida no RE, dizendo que a intervenção era de denúncia da corrupção que tomou conta de todos os organismos do governo, federal, estadual e municipal. Reafirmou a ladroagem no parlamento. O burocrata/ vereador se sentiu atingido. Disse que entregaria esta fita para os vereadores julgarem o conteúdo. Como se vê, o burocrata queria o apoio dos professores para poder acionar a Justiça.

Essa não é a primeira vez que ameaça entrar na Justiça contra militantes de oposição. Rechaçamos a conduta do presidente do sindicato e defendemos o livre direito de manifestação e expressão.

Jardim Santo André-SP

Eleição para Conselho Gestor de Saúde

No dia 28/11/2011, realizaram-se na Região de São Mateus as eleições para a formação dos novos Conselhos Gestores da Saúde. Estes Conselhos são formados por 50% de usuários, 25% de funcionários da saúde e 25% da administração municipal.

No Jardim Santo André, as eleições contaram com duas chapas para a formação dos 50% dos usuários.

A chapa 1, composta pelo antigo Conselho, é ligada ao vereador Francisco Chagas e outros petistas da região. A chapa 2, de Oposição, foi formada pela Corrente Proletária e por moradores simpatizantes que têm sérias críticas ao sucateamento da saúde e à política petista na região.

A chapa 1, apesar do controle do movimento popular no bairro há anos, não conseguiu formar uma chapa completa, de acordo com o estatuto eleitoral. A razão está no seu acomodamento com o controle do aparato e imobilismo dos moradores. A burocracia levou um susto com a formação de uma chapa Opositora e principalmente porque estava completa. Tentou de toda forma manobrar e burlar as próprias regras do regimento para impedir a inscrição da chapa. Não conseguindo, pressionou quase todos os membros da chapa 2 para reduzir sua composição, alegando que só assim teria a concorrência “paritária” e estaria de acordo com o estatuto.

Esses dirigentes mostraram como estão burocratizados. Além das manobras, tiveram de usar muito dinheiro para alavancar sua campanha e arrastar apoiadores da velha militância

do bairro, hoje corrompida pelo eleitoralismo capitalista.

A Corrente Proletária participou da chapa 2, para abrir uma discussão no bairro, que é a questão precária da saúde, que se agrava com o sucateamento e a privatização impostos. Abriu caminho para levantar a defesa da saúde pública através do método da ação direta. Possibilitou fazer a crítica ao Conselho paritário impotente por sua política reformista e mostrou o caráter anti- democrático dessa direção nesse processo. Mostrou à comunidade que a saúde não está sob o controle do povo. Quem determina de fato o que vai ser feito é a administração municipal, pois é ela quem determina como e onde o dinheiro público é empregado. Para essa direção, cabe aos usuários apenas apresentarem uma lista de problemas para a prefeitura que, no geral, é engavetada.

Os conselhos paritários são dirigidos em sua maioria pelos petistas. Há anos praticam a demagogia eleitoreira e usam as pressões parlamentares inócuas para manter as ilusões dos moradores em seus parlamentares. Como o quadro da saúde continua desastroso e a política é impotente para resolvê-lo, eles são obrigados a defender as parcerias público-privadas como solução ao problema.

A chapa 2 não conseguiu ganhar a eleição, mas alavancou mais um trabalho de intervenção no bairro contra a privatização dos serviços públicos e pela defesa das reivindicações dos trabalhadores.

Judiciário/SP

Amplia-se a fragmentação sindical na categoria

A história da categoria do judiciário paulista está marcada por grandes lutas e greves. Também está marcada pela ausência de um sindicato único e de lutas. A única experiência vivida com uma direção centralizada ocorreu na época do SINJESP, entre as décadas de oitenta e noventa, cuja direção era composta majoritariamente pela antiga Convergência Socialista, atual PSTU. Tratou-se de um sindicato que nasceu das greves, amplamente reconhecido pela categoria, fundado em uma assembleia geral (congresso), na quadra dos bancários de São Paulo, com a participação de quase mil servidores. Com o fim desse sindicato, proliferaram-se dezenas de associações pelo Estado. O fato é que a formação dessas associações não deixou de ser uma resposta à necessidade da categoria de se organizar coletivamente, preenchendo o vazio de direção deixado pelo SINJESP. Desde então, todos os movimentos posteriores foram dirigidos pelos representantes das associações, que surgiram e cresceram após o desaparecimento desse sindicato.

A reconstrução do sindicato único e de lutas

Durante e após as greves de 2001 e 2004, uma parcela de trabalhadores debateu a reconstrução de um sindicato único de luta e representativo. Foram inúmeros encontros, reuniões, debates e questionários levados ao conjunto da categoria. O último encontro neste sentido ocorreu em Campinas, logo após a greve de 2004, contou com a presença de aproximadamente duzentos servidores. O objetivo era superar o divisionismo imposto na categoria pelas associações. O chamado à unidade estava voltado, inclusive, às associações que se diziam de luta, para que se dissolvessem em uma única organização. A maioria das associações simplesmente ignorou o chamado.

A única associação que participou e que se dizia apoiadora da iniciativa foi uma associação do interior, a ASSOJURIS, mas, na hora decisiva, votou contra, revelando que não estava ali para apoiar a reconstrução do sindicato e sim para defender seus interesses corporativistas e burocráticos.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Ocupações e greve dos estudantes da USP pelo Fora PM e Fim dos Processos

Uma luta em defesa da autonomia universitária e do ensino público

Partido Operário Revolucionário **POR MASSAS**

A Frente de Esquerda e dos Trabalhadores nas eleições argentinas

Partido Operário Revolucionário **POR MASSAS**

A fragmentação é um obstáculo

A experiência demonstrou que, do ponto de vista organizativo, a formação de dezenas de associações se transformou em um obstáculo para a categoria, quando esta se levanta em luta pelo atendimento de suas reivindicações. Certamente, há outros obstáculos a serem superados e rechaçados pelos trabalhadores, por exemplo, a política de conciliação de classes, o corporativismo, o assistencialismo, o legalismo etc., implementados pelas direções pelegas e burocratizadas, encasteladas nas organizações existentes na classe. Direções estas que se apóiam no atraso político e no conservadorismo de uma parcela considerável de trabalhadores.

Quem se beneficia com essa situação

Certamente não é o conjunto da categoria, que sente o salário ficar cada vez menor e seus direitos trabalhistas serem arrancados a cada ano que passa. Quem se beneficia com essa fragmentação é a cúpula do tribunal e o governo, que estão totalmente centralizados, organizados e de mãos dadas na aplicação de sua política de ataque às condições de vida dos trabalhadores.

O caminho a ser trilhado

Na luta pelas reivindicações, quanto maior a unidade alcançada pelos trabalhadores, maiores serão as chances de vitória frente aos patrões. Trata-se de um princípio histórico básico. Neste sentido, a criação e legalização de sindicatos regionais (cinco até agora) em locais ainda não preenchidos pelas associações e onde suas direções estão politicamente desgastadas não resolvem o problema da divisão sindical existente na categoria. Ao contrário, amplia-se a fragmentação. É completamente falso o discurso de que “é preciso dividir agora para unir depois”. A informação de que a criação desses novos aparelhos ocorreu com “certa discricção”, sem a realização de congressos representativos, sem um chamado massivo ao conjunto dos servidores, demonstra, de antemão, que o processo não foi nada democrático. A legalização dessas “novas formas de representação” pode significar simplesmente a formação de novas camarilhas. A fragmentação ainda maior da categoria não nos parece ser o melhor caminho a ser trilhado pelos servidores, quando se tem o objetivo de trabalhar pelo fortalecimento das lutas contra o tribunal e o governo. A verdade é que a proliferação de sindicatos regionais segue a mesma trilha de fragmentação feita pelas associações.

Entendemos que na atual fase de decadência do capitalismo, a reconstrução de um sindicato único e representativo, armado com um programa sindical revolucionário deve ser o caminho a ser seguido pela categoria como forma de se contrapor aos desmandos do tribunal e garantir o atendimento de suas reivindicações.

Nesta edição:

- Pacto franco-germânico para tentar salvar Euro exclui Grã-Bretanha
- Breve histórico das manifestações na Grécia em 2011
- Bolívia: Novamente a pressão social dobra o governo

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Pacto franco-germânico para tentar salvar Euro exclui Grã-Bretanha

A crise econômica que afeta os países da Europa levou as suas duas maiores economias, Alemanha e França, a pressionarem por um acordo que salvasse a moeda unificada de um colapso, que se avizinha. A criação do Euro se deu sobre a base de um acordo que estabeleceu condições iguais para economias muito diferentes. Esse acordo se mostrou um fracasso, pois os países não conseguiram manter os déficits públicos no limite de 3% do PIB. Endividaram-se todos, incluindo as maiores potências. A crise de 2008 acelerou o problema: ao injetarem centenas de bilhões nos bancos e multinacionais para que não quebrassem, os estados nacionais assumiram para si a crise. As dívidas explodiram e levaram à beira da inadimplência. A possibilidade do calote generalizado impulsionaria em um salto as tendências recessivas já presentes.

Os países de economia mais fraca, como a Grécia, sentiram mais profundamente os efeitos da crise. Foram pressionados a tomarem medidas que garantissem aos bancos emprestadores o cumprimento dos compromissos assumidos pelos governos. A Grécia enfrentou manifestações e greves gerais e impôs medidas de contenção de gastos. Resultado: a economia sofreu um retrocesso, a arrecadação de impostos caiu e a possibilidade de quebra do Estado se recolocou, com ainda mais força. A possibilidade de contornar a crise esbarra na adoção do Euro: se tivesse uma moeda própria, poderia desvalorizá-la e impor assim uma redução geral de salários e da dívida. Mas com a moeda unificada, o governo tem de impor a redução formal de salários e direitos, que é mais difícil. Todos passaram a cogitar a exclusão da Grécia do Euro, que seria seguida de outros países em situação semelhante. A implosão do Euro afetaria duramente a economia européia em seu conjunto.

Alemanha e França organizaram um encontro de todos para impor medidas de resgate da moeda única. O acordo foi negado pela Grã-Bretanha, que viu nele a renúncia à soberania. Para os ingleses, não havia cabimento se submeter às imposições de Alemanha e França para salvar uma moeda que nunca adotou.

O acordo apoiado pelos países europeus estabelece novamente metas de equilíbrio fiscal, os tais 3% do PIB, com o limite total das dívidas em 60% do PIB. Mas essas metas estão acompanhadas de punições automáticas aos que não as cum-



Merkel e Sarkozy se uniram para impor um acordo que, por hora, salve o Euro

primem, impõem seu cumprimento por cima da soberania de cada país e não necessitam de aprovação pelos parlamentos de cada país.

Além dessas medidas, o acordo prevê a emissão dos chamados eurobônus, que são títulos garantidos pelo conjunto dos países europeus, não só por um único país, e servem de amortecedor para os endividamentos nacionais. Também prevê um fundo adicional ao FMI de 270 bilhões de dólares para agir sobre as economias em crise, além dos 500 bilhões de euros do fundo europeu.

Dessa forma, a EU poderá interferir nos orçamentos de cada país, o FMI também agirá sobre eles, haverá leis que expressarão as metas fiscais e os governos de cada país estarão sob a tutela desses condicionantes. Ou seja, a demissão de funcionários, redução salarial, cortes de gastos com serviços públicos etc. estarão garantidos pelo acordo de fora para dentro de cada país. Está aí por que a Grã-Bretanha ficou de fora: estaria completamente submetida aos seus vizinhos, sem no entanto ter adotado o Euro a ser salvo. Teria de pagar caro por algo que nunca usou.

A imposição do acordo é uma garantia aos credores de que há instrumentos para garantir seus investimentos. Pretende-se dar uma aparência de força a essa intervenção, com um volume expressivo de recursos, o compartilhamento das respon-

sabilidades, o estabelecimento de punições e a anulação das soberanias nacionais.

O que não se consegue é esconder que as economias bastante díspares não serão capazes de cumprir objetivos semelhantes. A imposição dessas medidas será meio de descarregar a crise sobre as massas. Mas não de superação da crise. As medidas têm conteúdo recessivo. A negativa do Reino Unido expressa a impossibilidade de cumprir as metas sem negar a soberania. Se uma das principais potências anuncia que não será capaz de cumprir as metas, que dirá dos países mais fracos.

O acordo não é vacina contra a crise, é uma garantia aos investidores. Uma garantia frágil, que por enquanto só anuncia que evitará a quebra total. Serve para conter a queda nas bolsas de valores e dos títulos dos países devedores.

Tudo isso às custas das massas, que sofrerão com a aplica-

ção de medidas que serão apresentadas como consequência da aplicação do acordo comum, como uma necessidade além das vontades e de defesa de interesses comuns. As massas terão de lutar duramente contra elas. Essas lutas colocarão a derrubada das medidas no seu conjunto ou serão derrotadas.

A Europa não poderá ser unificada sob o capitalismo. A opressão de classe se expressa entre as nações como opressão nacional. A disputa pelos mercados não se resolverá pacificamente. O desenvolvimento desigual e combinado abre disparidades insolúveis entre os países. As distintas economias não têm como expressar uma unidade monetária.

A unidade europeia depende da revolução proletária. Os Estados Unidos Socialistas da Europa permitirão o desenvolvimento harmônico do continente e sua integração sem opressão de um país sobre o outro.

Breve histórico das manifestações na Grécia em 2011

Após a terceira intervenção dos organismos imperialistas sobre a frágil Grécia, no segundo semestre de 2011, viram-se multiplicar os protestos que vêm ocorrendo desde 2008. Como já vimos analisando, acirra-se a luta de classes, radicalizam-se os movimentos. Novas organizações surgem ou se fortalecem, os sindicatos, de tradição social-democrata ou estalinista, tendem a se mover pela pressão exercida pelas bases. Contestações de forma se transformam em crítica aos conteúdos das bandeiras. As saídas institucionais estreitaram-se a tal ponto que apenas a força repressiva do Estado impede que os manifestantes derrubem o governo e o parlamento. A violência revolucionária das massas que se expressa por bloqueios de avenidas, rodovias e portos, que se manifesta na quebra de empresas e na ocupação de órgãos públicos, a exemplo de ministérios, bem como as depredações, pichações, e enfrentamentos com pedras, paus e coquetéis molotov com o aparelho repressor indicam a consciência cada vez mais ampla de setores dos trabalhadores da juventude. À violência das massas os governos central e locais respondem com a violência reacionária. A democracia burguesa se esfumaça e as liberdades civis e políticas se tornam letra morta diante da impopularidade das medidas adotadas. Nada faz os governos recuarem. Atrás de si, carregam o peso morto do parasitismo internacional, dos credores alemães, franceses, italianos, os quais exigem as medidas de austeridade. A luta econômica, nessa fase, só pode aparecer como luta política, como enfrentamento direto à ordem burguesa. Falta a bandeira da revolução socialista, falta a organização revolucionária que dê homogeneidade ao nível de consciência alcançado pelos trabalhadores em luta. Muito ainda se falará sobre a Grécia, pois ela reflete o movimento geral dos elos mais frágeis das economias desenvolvidas na Europa. Suas particularidades históricas a colocam na ponta do movimento, mas o seu fim passa pela luta em todo continente europeu e também pelo desenvolvimento das lutas entre o capital e o trabalho na maioria das economias capitalistas do planeta, sobretudo, os EUA.

Maio

Em 11 de maio, uma delegação da União Europeia e do FMI

foi recebida pelos gregos com uma greve geral chamada pela Centrais Sindicais. Tratava-se já da segunda greve geral convocada contra as medidas que se delineavam no primeiro semestre, com o então primeiro ministro Panpadreou. A paralisação de 24 horas fechou aeroportos, portos e estações. Manifestantes saíram às ruas com coquetéis molotov para enfrentar a polícia e cerca o local. Além dos feridos, cinco pessoas foram presas pela polícia. O que se consubstanciava na visita dos imperialistas era a nova intervenção que o país sofreria por não ter cumprido até então as metas estabelecidas de diminuição do déficit e de diminuição da dívida soberana. Criava-se o clima político para justificar a nova intervenção como necessária, quando na verdade ela era só viria a aprofundar a crise político-econômica que se desenrola no país. Na última semana de maio, a ideia de uma reorganização da dívida e de uma intervenção maior sobre o governo tomava corpo e se materializa logo após na queda do primeiro-ministro.

Junho

Dia 03 de junho, o novo pacote de austeridade é apresentado. Trata-se de mais corte em salários e demissões, sobretudo, do funcionalismo. No dia 04, grandes manifestações em Atenas e outras grandes cidades marcam o protesto contra o pacote de medidas. A exigência dos credores é que o governo deveria cumprir as metas para receber a ajuda de 110 bilhões de euros. Embora tenha ocorrido em um fim de semana, a manifestação foi massiva e contou com os variados setores de trabalhadores e da juventude. Uma bandeira unia a todos: a ideia de que mais cortes seria inaceitável diante do aumento da pobreza, desemprego e miséria no país. No dia posterior, centenas de milhares convergiram para a praça Sintagma, em frente ao parlamento, contestando as medidas adotadas. Uma multidão enraivecida gritava palavras de ordem contra o governo e contra o parlamento. O grande ato público enfraqueceu ainda mais o governo de Panpadreou, que já enfrentava uma disputa interburguesa no Parlamento com os partidos de oposição.

No meio da semana, dia 09 de junho, novas manifestações ganharam as ruas e ameaçaram o trânsito livre pelas principais atrações turísticas do país. Importante setor da economia,

o turismo é responsável por 16% do PIB grego. A ação dos manifestantes concentrou-se na paralisação dos correios, em setores da eletricidade e na paralisação de alguns bancos. Atenas fervilhou com os protestos enfrentados com a dura repressão policial. Durante os protestos do dia, os sindicatos ligados aos setores privados e públicos anunciaram outras manifestações para o mês.

No dia 15, a greve geral começou pela manhã. Centenas de manifestantes cercaram o parlamento. Protestos fora, fissuras dentro. Deputados se negaram a discutir imediatamente o pacote de ajuste anunciado por Panpadreou, que incluía, como dissemos, demissões, privatizações e aumento de imposto. A Greve, porém, indica maior força do que apenas pressão ao parlamento. Escolas, transportes, serviços estatais, o setor turismo todos foram paralisados nesse heróico dia 15. Enquanto o governo e a União Europeia se debatiam com a avaliação das agências de risco, que haviam rebaixado ainda mais a nota dos títulos gregos, os trabalhadores saíram às ruas dando a resposta à política governamental. As dezenas de milhares de manifestantes chegaram a tentar ocupar o Parlamento, buscando derrubar uma proteção de metal, enquanto mais de 1.500 policiais protegiam os deputados. Mais alguns manifestantes foram presos, enquanto dezenas ficaram feridos com as bombas de gás lacrimogêneo e os cassetetes. O importante dessa terceira greve geral é que acelerou o processo de desgaste do governo de Panpadreou, ao mesmo tempo, em que mostrou a falsa oposição dentro do parlamento. O então primeiro-ministro anunciou se demitir caso não fossem aprovadas as medidas de austeridade e caso não fosse feito um governo de coalizão para enfrentar a crise. A saída, obviamente, era pela manutenção da instituição burguesa e dos acordos com os organismos internacionais.

No dia 16, George Panpadreou vai à TV anunciar mudanças no governo e reafirmar a necessidade do pacote de ajuda externa. Estava dada como certa a sua saída, embora não pudesse ainda ser afirmada publicamente. A modificação que faz imediatamente é trocar o ministro das Finanças, bem como dos ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna, do Trabalho e das Infraestruturas. Jogo de cena que imediatamente cai em descrédito.

FMI e BCE, diante das disputas parlamentares, adia a decisão sobre a ajuda imediata de 12 bilhões para julho. A pressão sobre o governo e a necessidade de centralização tornam-se evidentes.

No dia 21 de julho, os confrontos ocorreram em Atenas entre centenas de manifestantes e a política antimotim.

Nos dias 28 e 29, esses pequenos confrontos se generalizaram com mais uma greve geral chamada pelos sindicatos. Novamente, setores do transporte, dos serviços públicos e de empresas privadas tiveram dias de paralisação. Milhares cercaram o parlamento que anunciava votar o novo plano de austeridade. Os relatos internacionais demonstram que a juventude tem enfrentado a polícia com toda a radicalidade, utilizando dos coquetéis, de paus, pedras e incitando outros setores sociais ao enfrentamento. Há também uma tendência a essas ações mais radicalizadas serem apoiadas por setores da sociedade, pois essa juventude desempregada e submetida a um futuro sem perspectiva expressa a situação geral do país,

que passa por um profundo processo de recessão e mesmo depressão econômica caso se confirme o decréscimo na economia em 6% em 2011.

A votação do pacote que ocorreu no dia 28 contou com forte aparato militar. Milhares de policiais cercaram o parlamento para evitar que se tentasse novamente a sua ocupação. A democracia burguesa mostra, com toda cruzeza, a farsa de sua representatividade. Em oposição a toda população, a meia dúzia de políticos burgueses ditam os rumos da nação e condena à destruição por anos as forças produtivas do país.

Depois da aprovação, o dia 29, segundo dia da greve foi de batalha campal, como descrevem os relatos da mídia. A ação dos manifestantes levou, inclusive, ao incêndio de um prédio ligado ao ministério das Finanças. Várias instituições foram depredadas. Uma guerra aberta nas ruas vitimou dezenas de trabalhadores, mas também conduziu alguns policiais aos hospitais. As formas de auto-organização, de autodefesa se desenvolvem rapidamente. Manifestantes encapuzados enfrentaram a força repressiva do Estado com toda combatividade que possuíam na ocasião.

Com 40% da juventude desempregada, a greve geral de dois dias mostrou a disposição das massas trabalhadoras, mas não arrefeceu o espírito de combate da juventude que continuou mobilizada até o dia 30 de junho, quando pequenos enfrentamentos foram ainda encontrados.

Julho

Mas à juventude outros setores se aglutinam na revolta contra as medidas do governo. Dia 06 de julho foi a vez dos taxistas em Atenas realizarem uma ampla paralisação, que provocou o caos no centro de Atenas próximo do Parlamento.

Setembro/Outubro

Ainda que não tenha havido uma interrupção em todas mobilizações que ocorriam pelo país, o mês de setembro destacasse pela força que elas novamente adquirem. Novas mobilizações, mais paralisações e enfrentamento com a polícia. Em 22 e 29 de setembro, as manifestações tiveram o objetivo de cercar os ministérios e de aprofundar a bandeira de fim do pacote de austeridade. O dia 29, inclusive, foi marcado pelo cercamento ao prédio do ministro das Finanças por algumas centenas de manifestantes. O bloqueio, ainda que pequeno, repercutiu em toda mídia como expressão da ódio da população às medidas postas em prática.

Outros atos com o mesmo conteúdo ocorreram ao longo de outubro. A sistematicidade da ação da juventude encontra obstáculo na ação intermitente das Centrais e sindicatos. Estes se mobilizam apenas em datas ligadas a aprovações de medidas. Ou seja, embora pressionados pela ação direta das massas, agem ainda com uma política de conciliação de classes, voltada à pressão parlamentar.

Novembro/Dezembro

No início de dezembro, caiu o primeiro-ministro Panpadreou. A medida objetivava não a mudança nos rumos do governo, mas a sua preservação. A saída institucional antecipava os confrontos de dezembro, quando milhares de manifestantes voltaram às ruas contra o orçamento aprovado para 2012.

Em 06 de dezembro, confrontos puderam ser vistos nas principais cidades do país. Atenas fora novamente o centro das lutas. Os socialistas, os social-democratas e a direita votaram unanimemente no orçamento que estrangula as contas públicas, prevê demissões, rebaixamento salarial e corte em áreas sociais.

A política revolucionária precisa ser forjada

A inexistência de um partido revolucionário enraizado na classe operária grega, que aponte para a superação das ilusões democráticas, que canalize as revoltas populares e conduza à derrubada do governo burguesa e instauração da ditadura do proletariado dificulta enormemente o desenvolvimento das lutas.

Bolívia: Sintomas de uma rápida mudança na situação política

Novamente a pressão social dobra o governo

O governo do MAS estreou mostrando a aparência de ser forte, muitas vezes procurou derrubar com dureza seus adversários e os movimentos de protesto, argumentando que encarava a vontade da maioria expressa na votação sem precedentes de mais de 67%. Desesperadamente, construiu a imagem que inaugurava uma nova etapa na vida econômica social e política do país, que essa mudança radical ocorria de forma pacífica e democrática (revolução democrática e cultural) e que este processo de “transformações profundas” teria uma longa duração de pelo menos 50 anos. Além disso, o oficialismo pretendeu criar uma figura simbólica da imagem do “presidente índio”, o protetor da Mãe Terra, dos despossuídos e discriminados, o líder espiritual de todos os povos originários do planeta, o homem infalível portador da sabedoria acumulada por séculos dos povos ancestrais.

As tímidas manifestações de agitação social que surgiram no início (porque os explorados não encontravam respostas efetivas às suas necessidades e problemas e que foram se tornando gradualmente mais abertos e violentos) foram sufocadas com argumento de que elas seriam manipuladas pela direita e pela embaixada norte-americana para desmoralizar o “governo da mudança”. A tática sempre foi a de utilizar as direções dos movimentos que o apoiavam para atacar os manifestantes.

Isso funcionou até dezembro de 2010, quando o governo tentou impor o gasolinaço, que significava descarregar nas costas dos explorados o peso da crise capitalista. Frente ao poderoso ataque popular causado pela medida, que ameaçava esmagar com mãos de ferro o governo impostor, Morales e sua gangue recuaram dizendo que é um governo que escuta o povo.

Foi o começo do fim, desmoronou a estátua de barro. A partir desse momento, os conflitos sociais se multiplicam, alguns mais fortes que outros, e cresce na consciência dos explorados a ideia de que esse governo é igual ou pior do que os anteriores, servil às multinacionais e às empresas privadas nacionais.

Produz-se uma rápida e perceptível metamorfose na imagem do governo que comparecia, num primeiro momento, como antiimperialista, aliado de Hugo Chávez e Fidel Castro. Lentamente, num curto espaço de tempo, aparece como sócio das multinacionais preocupado em garantir a segurança jurí-

Não duvidamos que diversas organizações têm-se empenhado nas lutas, sobretudo, aquelas ligadas ao movimento estudantil. A ausência, no entanto, da política de expropriação e de revolução proletária conduz a derrotas sucessivas. A auto-defesa é um passo na radicalização das lutas. As greves gerais são um ponto de apoio para a organização em nível nacional. Mas é preciso superar as antigas direções pelegas e conciliadoras. A ausência da IV Internacional dificulta o trabalho internacionalista. As massas gregas devem forjar o programa e o partido revolucionário. Essa é a saída contra a barbárie. Sem essa saída, aprofundar-se-ão os ataques e o retrocesso histórico e social conduzirá a uma etapa de decadência talvez só vistas nos períodos de entre guerras mundiais.

dica para os investimentos privados, de defensor da Mãe Terra torna-se promotor das atividades de mineração e extração de petróleo e gás, colidindo de frente com as organizações indígenas.

Sem dúvida, estamos testemunhando uma mudança rápida na situação política. As pressões sociais são cada vez mais gerais e radicais e o governo procura desesperadamente contê-las. Às vezes faz concessões e, em outras, recorre à violência policial. Mas quanto maior forem estas concessões, novos focos de pressão surgem, devido ao agravamento da crise e porque ilusões que as massas nutriam pelo governo desaparecem.

No caso do TIPNIS, promulgou uma lei curta que cancela a construção da estrada Villa Tunari - San Ignacio de Moxos e a declaração de que as reservas florestais são intangíveis, fato que gerou uma polêmica entre o governo, as multinacionais e os brasileiros. Agora, procura desesperadamente reverter. Corre o risco de brincar com o fogo, que pode acabar devorando-o. Posteriormente, fez concessões ao transporte pesado, reduzindo os impostos de importação dos reboques em 50%. Conseguir finalmente conter a fúria estudantil da UPEA causada pela dura repressão policial, concedendo aumento do orçamento da UPEA de 5% a 5,35%, sem afetar a UMSA. Finalmente, o povo de Yapacaní conseguiu vencer a queda de braço com o oficialismo destituindo o alcaide (prefeito) do MAS, permanecem vigilantes para não serem enganados, como foram os indígenas do TIPNIS.

Aparecem novas mobilizações em todo o país: de Santa Cruz se iniciou uma marcha das pessoas com deficiência, no palco estão os beneficiários da “renda dignidade”, exigindo que o benefício seja nivelado ao salário mínimo nacional (de 200 para 810 bolivianos), porque não podem sobreviver fisicamente com a parca renda que recebem. Não se resolvem as disputas de fronteira entre as regiões no país. O problema do aumento de salários e vencimentos volta a ser reativado e promete ser uma luta muito difícil. Esses são alguns exemplos. Neste mar de mal-estar reinante, que efeito amortizador pode ter a cúpula social anunciada às pressas pelo governo?

A mudança da situação política faz com que todas as manobras do governo se frustrem, e em muitos casos, se voltem contra si mesmo.

(extraído do Masas boliviano, nº 2246, de 09/12/2011)